

DESCRIÇÃO DA ORTOGRAFIA PORTUGUESA OITOCENTISTA EM GRAMÁTICOS BRASILEIROS: A PRESCRIÇÃO DO PRINCÍPIO ETIMOLÓGICO

Alexandre Xavier Lima (UERJ)

alexandrex1@gmail.com

Angélica de Oliveira Castilho Pereira (UERJ)

aocastilho@gmail.com

Karine da Silva Costa André (UERJ)

karine0127@gmail.com

RESUMO

Este artigo descreve a prescrição da norma gráfica portuguesa em gramáticos brasileiros da segunda metade do século XIX, com intuito de reconhecer, neste saber metalinguístico, quais eram os ideais de escrita. Para o período, considera-se o princípio etimológico presente em grafemas consonantais como um valor de prestígio. Olhar para os textos metalinguísticos seria a possibilidade de captar esse valor e apurar em qual medida estava presente nas práticas gráficas. Para isso, fez-se necessário reconhecer testemunhos que fossem representativos do período, da região e do grupo social, bem como comparar a transmissão em cada gramática, em pelo menos 3 edições, como forma de observar a consistência das prescrições em um momento em que ainda não havia uma ortografia uniforme para os redatores de Língua Portuguesa e predominava uma espécie de “ortografia usual”. Por fim, os resultados apontam para o consenso na prescrição de formas mais usuais e um detalhamento maior por parte dos gramáticos da corrente científica.

Palavras-chave:

Gramática. Ortografia. Princípio etimológico.

ABSTRACT

This article describes the prescription of the Portuguese graphic standard for Brazilian grammarians in the second half of the 19th century, with the aim of recognizing, in this metalinguistic knowledge, what the ideals of writing were. For the period, the etymological principle present in consonant graphemes is considered as a prestige value. Looking at metalinguistic texts would be the possibility of capturing this value and ascertaining to what extent it was present in graphic practices. For this, it was necessary to recognize testimonies that were representative of the period, region and social group, as well as compare the transmission in each grammar, in at least 3 editions, as a way to observe the consistency of the prescriptions at a time when there was still no uniform spelling for Portuguese language writers and a kind of “usual spelling” predominated. Finally, the results point to a consensus in the prescription of more usual forms and a greater detailing by the grammarians of the scientific current.

Keywords:

Grammar. Orthography. Etymological principle.

1. Introdução

Os textos da modalidade escrita são muitas vezes as únicas fontes para o estudo de normas em sincronias passadas. Através dessas fontes, analisam-se fenômenos sintáticos, morfológicos e até mesmo fenômenos fonético-fonológicos. Se esses fenômenos são importantes para a reconstrução da norma culta, vale considerar a relevância dos fenômenos gráficos, visto que ortografia¹ possuía o mesmo destaque que fonologia, etimologia e sintaxe nas gramáticas. Muitas vezes, a ortografia até precedeu a abordagem de outros assuntos gramaticais em função de sua relevância para a padronização da língua escrita, tão importante para a produção dos impressos (AUROUX, 1992, p. 65).

Por esse caminho, descreve-se a norma gráfica prescrita em gramáticas escolares, adotando como recorte a inserção do princípio etimológico. Acredita-se que o princípio etimológico indexa nas suas realizações valores de erudição gráfica. Dessa forma, apura-se em que medida esse valor fez parte das prescrições das gramáticas.

A variedade gráfica brasileira é analisada em sua fase de elaboração, que corresponde aos últimos 30 anos do século XIX, quando os tratados ortográficos passaram a ser propostas de unificação e simplificação ortográficas (Cf. KEMMLER, 2001). Dessa forma, avalia-se a inserção do princípio etimológico na prescrição gráfica através dos grafemas consonantais etimológicos. Entende-se por grafemas etimológicos as unidades gráficas mínimas e polivalentes, formadas por um caractere (simples) ou mais caracteres (complexas) que agregam valor etimológico à palavra que formam. Os grafemas etimológicos <ll> de <allegar>, <ph> de <pharmacia>, ou ainda <ct> de <facto>, exemplificam o conceito, pois são unidades gráficas que agregam valor etimológico à palavra que fazem parte.

Assim é possível avaliar o quanto os gramáticos foram capazes de sistematizar o uso do princípio etimológico, num momento em que não havia um padrão ortográfico uniforme. Trata-se, pois, de uma questão da Historiografia Linguística à medida que procura entender como se estabeleceu a metalinguagem acerca da orientação gráfica. Reconhece-se nesse empreendimento que “todo saber é produto histórico que resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto” (AUROUX, 1992, p. 14).

¹ Grafia selecionada de acordo com um determinado princípio ortográfico que consta na obra de Maria Filomena Gonçalves.

Este trabalho inicia-se com a menção à contribuição da Historiografia Linguística que norteia a reflexão sobre as ideias ortográficas. Na sequência, são expostos os passos metodológicos para a construção de *corpus* representativo do século XIX, capaz de expressar as prescrições/descrições gráficas no período de elaboração da ortografia portuguesa. A seguir, faz-se análise dos testemunhos sobre as prescrições ortográficas dos oitocentos, destacando a coexistência de norma se o valor assumido pelo princípio etimológico. Por fim, analisa-se a norma gráfica predicada nas gramáticas para se reconhecer quais os principais índices de erudição gráfica tomados de forma consensual pelos gramáticos.

2. *Pressupostos teóricos*

Este trabalho apoia-se nos estudos oriundos da Historiografia Linguística, subárea das ciências da linguagem que procura narrar a história do conhecimento sobre linguagem e línguas (Cf. BATISTA, 2011). Essa subárea “não se ocupa da linguagem verbal em si mesma, mas dos registros discursivos e das representações ideológicas que dela se constroem” (SILVA, 2006, p. 64).

Silva ainda aponta os principais interesses:

[...] a Historiografia Linguística preocupa-se antes com o sistema lingüístico inserido em uma complexa conjuntura social, por meio da qual constrói-se um imaginário lingüístico permeável a épocas distintas e que surge a partir de condições contextuais igualmente variáveis: processos de recepção e de institucionalização, acessibilidade do público leitor, códigos de uso e práticas de leitura, condições de legibilidade etc. (SILVA, 2006, p. 64)

Bastos e Palma consideram que seu objeto de estudo é a seleção, a ordenação e a reconstrução do conhecimento lingüístico baseados na ciência, sob perspectiva histórica, social e cultural (Cf. BASTOS; PALMA, 2004, p. 18). A sua prática, segundo Batista (2013), requer descrição, análise e interpretação dos saberes sobre linguagem e línguas ao longo do tempo (Cf. BATISTA, 2013, p. 39).

Vale mencionar que, no Brasil, muitos pesquisadores têm buscado orientação teórica em três importantes nomes: Koerner (1989), que considera a Historiografia Linguística como um modo de escrever a história do estudo da linguagem baseado em princípios teórico-metodológicos; Swiggers (1997), que procura entender como se desenvolveu o conheci-

mento linguístico em um contexto; e Auroux (1992), que considera a observação dos conhecimentos linguísticos em si mesmos como produtos das atividades que os produziram, sob orientações epistemológicas das estruturas e da diversidade dessas atividades.

Este último apresenta como princípios da Historiografia Linguística: (a) a definição puramente fenomenológica do objeto; (b) a neutralidade epistemológica; (c) o historicismo moderado. Enfatiza que o objeto deve ser estudado considerando a consciência da época. É necessário abandonar os juízos sobre o que seria ciência, percebendo que todo saber é um produto histórico. Além disso, os fenômenos não são conhecimentos fechados, isolados. São resultados de diferentes confrontos de estratégias que se renovam no eixo temporal. O objeto é o “saber metalinguístico constituído e/ou em via de constituição, qualquer que seja sua proximidade (linguística popular) ou sua distância em relação à consciência epilinguística” (AUROUX, 1992, p. 16).

Ao abordar a ortografia oitocentista, este trabalho objetiva narrar a história de um conhecimento, considerando os registros que o estabeleceram e as representações ideológicas que o fundamentaram. Considera-se essencial o resgate às condições contextuais de produção, bem como de recepção e difusão desse saber. O olhar teórico-metodológico é mais do que necessário. Mais ainda: deve ser um olhar capaz de reconhecer os valores de uma dada sincronia, capaz de fazer emergir as práticas de escrita e de leitura de cada tempo.

3. Metodologia

O primeiro passo metodológico para a presente pesquisa foi estabelecer os critérios para seleção de *corpus*. Como a intenção era descrever a norma gráfica subjetiva da segunda metade do século XIX no Brasil, a partir do princípio etimológico, buscou-se levantar os materiais metalinguísticos que fossem expressão de prescrição/descrição de seu tempo. Entende-se por norma gráfica subjetiva como sendo um ideal linguístico descrito e/ou prescrito como modelo a ser seguido por escritores que tiveram acesso à cultura escrita de sua época.

Dentre as possibilidades disponíveis para o século estudado, destacaram-se as ortografias (propostas de reforma), os dicionários (monolíngues) e as gramáticas escolares. Cada material, a seu modo, permite recuperar os saberes acerca do conhecimento metalinguístico. Optou-se

como critério de escolha de material a difusão da obra, isto é, o impacto que um determinado material alcançou em seu tempo. Acredita-se que quanto maior a difusão de um material, maiores são as chances de representar o pensamento de sua época. Por esse critério, reconhece-se a capacidade de sistematização das ortografias, bem como o testemunho dos valores que os usos representavam, no entanto, percebe-se que a circulação desses textos era bem restrita comparada a outros materiais. Já o dicionário, apesar de ser um material de consulta e, portanto, disponível para além do domínio escolar, não apresentava caráter sistematizador, apresentava simplesmente a maneira como as palavras deveriam ser grafadas. Quanto à gramática escolar, dispunha de caráter sistematizador e era vinculada às instituições de ensino, isto é, há referências de sua rede de difusão, por isso, a preferência por tal material.

Mesmo adotando as gramáticas como *corpus* os testemunhos dos dicionários e ortografias serão fundamentais para o reconhecimento de valores em seu tempo e serão oportunamente citados neste trabalho.

A simples escolha da gramática como material de estudo ainda não foi suficiente para se definir o *corpus*. Um breve levantamento de gramáticas oitocentistas apontou para a fecundidade da produção meta-linguística em terras brasileiras. Por isso, considerou-se para a seleção de gramáticas o reconhecimento da gramática pela tradição historiográfica, como sendo um material que expressasse o saber linguístico de seu tempo. A propósito, considerou-se também o período de publicação da gramática, segunda metade do século XIX, bem como a indicação de sua adoção em instituições de ensino no Brasil. Por fim, foi fundamental escolher gramáticas em que fosse possível controlar a sua tradição. Em outras palavras, as gramáticas selecionadas deveriam ter alcançado repercussão a ponto de merecerem pelo menos três edições. Na comparação entre edições de um mesmo gramático, seria possível observar como a norma gráfica foi transmitida, se a transmissão trouxe alterações e se as alterações impactaram no próprio texto desses materiais.

Uma outra questão concernente à escolha de gramáticas, leva em consideração o seguinte testemunho:

[...] cada gramática, e cada dicionário apresenta seu sistema próprio, poucas vezes justificado, ou mesmo explicado, afora as divergências na escrita de inúmeros vocábulos, assistemáticos, ou em desacordo com os sistemas seguidos, isto quando mesmo os seus autores adoptaram ou inventaram algum (VIANA, 1904, p. 1).

Aniceto Gonçalves Viana (1840–1914), filólogo português responsável pelas bases dos acordos ortográficos no século XX, aponta para a inexistência de uniformidade na prescrição gráfica no século XIX. Assim, cada gramática poderia apresentar seu próprio sistema. Isso implicou, para a pesquisa, decidir se caberia descrever uma gramática, destacando a sua singularidade, ou descrever um grupo de gramáticas, apontando consensos e dissensos entre as obras. Como o trabalho descreve a inserção do princípio etimológico em materiais metalinguístico, julgou-se mais pertinente a segunda opção, que permite reconhecer, em mais de um testemunho, os valores de seu tempo e a pertença desses autores a uma tradição de escrita.

Por esse caminho, as gramáticas escolhidas foram: *Grammatica Portugetza* (1871), de Sotero dos Reis (1800–1871), *Grammatica da Lingua Portugetza* (1894), de Pacheco da Silva Jr. (1842–1899) e Andrade (1897), *Grammatica Portugetza* (1881), de Julio Ribeiro (1845–1890), *Grammatica Portugetza* (1888–1894), de João Ribeiro (1860–1934) e *Grammatica Portugetza* (1897), de Alfredo Gomes (1859–1924). São gramáticas brasileiras consideradas relevantes para os estudos das ideias linguísticas, consoante à historiografia gramatical (Cf. FÁVERO; MOLINA, 2006; CAVALIERE, 2001).

Foi fundamental realizar um controle de perfis sociais dos gramáticos estudados. A intenção foi identificar o período de atuação desses autores, os espaços e deslocamentos realizados ao longo da vida, como indicadores de difusão de seu material, as atividades que desenvolveram, como possibilidade de reconstruir as redes sociais que participaram, a formação e os referências teóricos, que influenciaram suas produções metalinguísticas.

Além do controle do gramático, registram-se alguns aspectos materiais sobre cada gramática a fim de relacionar traços do contexto de produção ao conteúdo gráfico reconhecido no material. Dessa forma, coube controlar as edições e a data de publicação, os editores de cada edição, o local de publicação e o seu público-alvo.

O segundo passo metodológico foi estabelecer os pontos de análise do conteúdo gráfico presente nas gramáticas. Para cada gramática, procurou-se identificar alguns aspectos gerais, como orientação da gramática (filosófica ou científica)², conceitos fundamentais (gramática e

² Consideramos a periodização proposta por Cavaliere (2002) baseada na representatividade da obra e fontes teóricas. Assim, temos os períodos: embrionário (1595 a 1802), racional-

língua) e divisão da gramática (Fonologia, Morfologia e Sintaxe, por exemplo). Além desses aspectos gerais, procurou-se descrever a organização do conteúdo gráfico-normativo, identificando a seção e o posicionamento da seção em relação aos demais conteúdos. Identificaram-se os assuntos abordados nessa seção, bem como o elenco de grafemas etimológicos apresentados por cada gramático. Por fim, verificou-se ainda se houve alguma alteração no conteúdo gráfico-normativo entre as reedições das gramáticas estudadas.

4. *Orthographia ou ortografia oitocentista*

Como afirmado anteriormente, são as gramáticas que formam o *corpus* dessa pesquisa. São delas as regras “ortográficas” e os grafemas consonantais etimológicos analisados. Contudo, os outros materiais auxiliam na compreensão do valor atribuído ao princípio etimológico e até mesmo na compreensão sobre o que era “ortografia nos oitocentos”.

Na tentativa de se observar “interação das tradições e do contexto” (AUROUX, 1992, p. 14), essa seção inicia-se apontando o conceito de “ortografia” que a tradição trouxe até o século XX (e por que não século XXI?):

[...] conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que ensina a grafia correta das palavras, o uso de sinais gráficos que destacam vogais tônicas, abertas ou fechadas, processos fonológicos como a crase, os sinais de pontuação esclarecedores de funções sintáticas da língua e motivados por tais funções etc. (HOUAISS, 2001)

A definição presente no Dicionário Houaiss indica que ortografia se ocupa basicamente de transmitir um modelo de “grafia correta das palavras”, posicionamento ajustado à etimologia da palavra em que se tem o antepositivo de origem grega *orthós*, que significa “reto, direito, correto, normal, justo, levantado, teso, direto etc.” à frente do pospositivo de mesma origem graphê, ‘escrita’ (Cf. HOUAISS, 2001). Isso pressupõe um modelo fixo, unificado, estabelecido e disponível aos escreventes de

lista (1802 a 1881), científico (1881 a 1941) e linguístico (1941 até nossos dias). As gramáticas estudadas nesta pesquisa localizam-se nos períodos racionalista (também conhecido como filosófico), com destaque para Sotero dos Reis (1877), que retrata “as primeiras manifestações do estudioso brasileiro sobre fatos da língua como expressão de uma nacionalidade emergente” (CAVALIERE, 2001, p. 58); e científico, na sua fase inaugural, com destaque para Julio Ribeiro (1881), que representa a atualização dos estudos brasileiros através do método histórico-comparativo desenvolvido na Europa.

uma língua, realidade construída no século XX³ para os escreventes lusófonos. No entanto, não havia um modelo fixo para o século XIX. O Dicionário de Moraes Silva (1813) ratifica essa afirmação, como é possível observar a seguir:

Não busques vocábulos com Ç em principio de Artigo, que todos reduzi à Letra S. O que não achares com *ph* busca com *f*, e vice versa : ás vezes se escreve com *g* antes de *e*, *i*,oque outras vezes se achará com *j* : a tudo obriga a incoherencia da actual Orthografia. (MORAES SILVA, 1813, p. vi-ii)

Esse trecho encontra-se na introdução do dicionário. Ali o autor relata a tentativa de sistematização das sibilantes e as dificuldades para representar as palavras. Moraes Silva vai apontar para a “incoherencia da actual Orthografia”. Esse trecho é muito simbólico, por apresentar duas palavras (‘incoherencia’ e ‘actual’) sob o princípio etimológico e uma palavra (‘Orthografia’) sob o princípio fonético. Nesse dicionário, é possível localizar o verbete “ORTHOGRAPHÍA” em que diz:

ORTHOGRAPHÍA, s. f. Arte, que ensina a representar bem com letras os sons, e as modificações deles, nas vozes, ou palavras, de que usamos. V. *Orthografia*. §. A Arte do desenho; o desenho feito. §. Perfil : t. de Fortif. (MORAES SILVA, 1813, p. 373)

Nessa definição, percebe-se a associação do conteúdo gráfico à palavra “Arte”, palavra muito recorrente nas definições de gramáticas e que está associada à ideia de “técnica”, ou conhecimento. Utilizar a ortografia significa se apropriar de um saber e aplicá-lo em sua prática. Tanto na definição de Houaiss quanto na definição de Moraes Silva é um saber que “ensina”, isto é, serve de referência aos escreventes.

Curiosamente, na mesma página, na mesma coluna, um pouco mais abaixo do verbete ORTHOGRAPHÍA, encontra-se o seguinte verbete:

ORTOGRAFÍA, s. f. João de Barros, na sua Grammatica, diz que assim devemos escrever esta palavra, não obstante pedir a Etymologia, que se escreva que orthographia; porque havemos de escrever como pronunciamos. Veja-se o Discurso da LinguaPortugueza de Severim, porque na ultima Edição da Grammatica de Barros, p. 184, linha 23, erradamente se imprimir Orthographia. (MORAES SILVA, 1813, p. 373)

³ A construção de um acordo ortográfico lusófono é discutida por Ivo Castro e outros autores em *A Demanda Ortográfica* (1987) e retomado por diversos autores em *Ortografia da Língua Portuguesa* (2009).

Neste caso, não mais uma definição é apresentada, e sim um comentário sobre a forma de escrever a palavra do verbete. Para isso, encontra autoridade em João de Barros, um dos primeiros normatizadores da Língua Portuguesa, ao preferir escrever tal palavra de acordo com a pronúncia, muito embora se encontre em sua gramática a palavra escrita conforme o princípio etimológico, ou seja, mesmo assumindo um princípio, deixa transparecer uma tendência do período.

As propostas de reforma ortográfica apontam também para a coexistência de normas. José Barbóza Leão, cirurgião de brigada do exército e erudito português que encaminhou uma proposta de reforma à Real Academia de Ciências portuguesa na década de 70 dos oitocentos, afirmava que, “segundo os especialistas, <<orthographia>> é a parte da grammatica que ensina a escrever sem erros>>” (BARBÓZA LEÃO, 1878, p. 2-3). Definição que se aproxima da tradição que chega ao século XX e também é observável no século XVI, na gramática de João de Barros, quando este diz “ciência de escreuer dereitamente” (BARROS, 1540, p. 40). Contudo, Barbóza Leão faz o seguinte relato:

Aceitamos a definição: mas o peor é que elles não nos dão regras certas, em virtude das quaes se possa afirmar que se escreve certo ou errado. (BARBÓZA LEÃO, 1878, p. 2-3)

Barbóza Leão reconhece a tradição relacionada ao conceito de ortografia, ao mesmo tempo, percebe a sua inaplicabilidade por não existir naquele momento regras que pudessem guiar as práticas gráficas. O mesmo problema aponta Gonçalves Viana:

Se há certa uniformidade nas palavras e formas gramaticais mais usuais e correntes, deixa de havê-la logo que tais formas ou palavras são mais raras, e neste caso as contradições e arbútrios dependem do critério de cada escritor, de cada redactor, de cada amanuense, ou de um director, raras vezes mais competente que o seu subordinado para resolver questões destas. (VIANA, 1904, p. 3)

Nesse testemunho, Gonçalves Viana não só ressalta as dificuldades de uniformidade nas palavras, como aponta para a prática dos escritores baseada no princípio usual. Segundo o filólogo, havia uma certa estabilidade na representação gráfica de palavras recorrentes e uma instabilidade na representação gráfica de palavras raras.

Uma leitura dos testemunhos deixados pelos gramáticos analisa-nos neste trabalho reforça as afirmações feitas por João Moraes Silva, José Barboza Leão e Gonçalves Viana. Julio Ribeiro vai afirmar em sua gramática que “não está ainda fixa a orthographia da lingua portugueza”

(RIBEIRO, 1881, p. 22). Esse gramático vai ainda dizer que prevalece o elemento etimológico. Isso acena para coexistência de princípios e destaca a relevância do etimológico frente aos princípios disponíveis na época. Maria Filomena (2003) vai explicar a preferência pelo princípio etimológico:

[...] a etimologia é o princípio matricial no qual se reconhecem, pelo menos em parte, sistemas com origens ou patrimônios comuns. Por isso, esse princípio ortográfico parece evitado de marcas semânticas, e até simbólicas, cuja função, à luz da filiação no latim, era valorizada pelos chamados <<etimologistas>>, tanto os que defendiam a vigência do vínculo com a matriz, alinhando na corrente etimológica que remontava ao século XVI, como os que militavam no comparativismo, já em pleno século XIX, vindo na conservação das grafias antigas uma importante fonte filológica. (GONÇALVES, 2003, p. 397)

Sabe-se que a representação com base em sua origem já era praticada nos textos contemporâneos a João de Barros. Nas últimas décadas do século XIX, o princípio etimológico parece ter se tornado ainda mais relevante. Nesse sentido, Pacheco da Silva Jr. e Andrade afirmam que os eruditos sistematicamente começaram a vazar as “fórmulas portuguesas em moldes latinos” (SILVA JR.; ANDRADE, 1894, p. 124), em consonância à busca por elementos clássicos da cultura greco-romana.

João Ribeiro, ao procurar apresentar o conteúdo gráfico em sua gramática, vai dizer que “nenhum dos sistemas orthographicos pôde obter a unidade graphica da escripta” (RIBEIRO, 1898, p. 51). Isso significa que também reconhece a coexistência de princípios/sistemas. E ainda mais: de que não há unidade gráfica.

Ricardo Cavaliere (2000), ao estudar as gramáticas oitocentistas, vai apontar nos grupos antagônicos que representam um determinado princípio a “inaplicabilidade de um sistema ortográfico em que não existem parâmetros bem definidos de uso das letras e sinais gráficos” (CAVALIERE, 2000, p. 213).

João Ribeiro acreditava que a “orthographia” alcançaria a simplificação “no sentido de fidelidade maior á prosodia” (RIBEIRO, 1898, p.52), mas “os próprios phonetistas não estão de accôrdo quanto á extensão da reforma” (RIBEIRO, 1898, p. 49). Nessa fala, apresenta o outro princípio concorrente do etimológico: a pronúncia.

Por essa inconsistência nos modelos de ortografia, muitos vão seguir a orientação de Sotero dos Reis: “melhor é seguir a orthographia dos escriptores contemporaneos de melhor nota” (SOTERO DOS REIS,

1871, p. 277). Reconhece-se nessa afirmação a intenção de sistematizar os usos, tendo como referência redatores considerados modelares de sua época. Como cada autor é um modelo, ainda não era uma solução definitiva para o problema de representação.

Os gramáticos estudados reconhecem a existência de três princípios: fonético, etimológico e usual. O princípio fonético acompanharia a pronúncia dos vocábulos, em muitos casos, estabelecendo a relação unívoca entre som e símbolo. O problema desse princípio é a existência de variação na pronúncia. Sotero dos Reis já tinha a consciência de que a língua varia “em cada província, e em cada seculo” (SOTERO DOS REIS, 1871, p. 275), o que demandaria várias ortografias. Por esse caminho, a pesquisadora Maria Helena Mira Mateus procurou argumentar sobre a base fonológica que deveria orientar o estabelecimento de uma ortografia:

Um dos problemas que dificulta a aprendizagem de qualquer ortografia resulta de ser impossível que uma ortografia represente, de forma exaustiva, a variação contextual dos elementos fonológicos. (MATEUS, 2006, p. 10)

Mateus (2006, p. 11) percebe que alguns sons são pouco produtivos, o que torna desnecessário representar por duas letras diferentes.

Já o princípio etimológico procuraria representar os sons da fala de acordo com a palavra de origem. Rita Marquilhas, ao observar esse princípio em textos do século XVIII, já ponderava que “a etimologização será a expressão de uma regra ortográfica derivada de considerações pragmático-gráficas e estético-gráficas, e não de estruturas do sistema fonológico” (MARQUILHAS, 1991, p. 80).

Sua limitação está justamente na oposição entre forma e pronúncia dos termos derivados. As formas etimológicas se afastam de tal forma da pronúncia que dependem de um grau elevado de conhecimento para a representação.

Por fim, o princípio usual ou misto comungaria dos dois princípios anteriores, imprimindo nas palavras elementos etimológicos, quando não ocorresse a oposição com a pronúncia, tendo a vantagem de melhor acomodar as modificações que as palavras sofrem no tempo, de contemplar o léxico popular e erudito e de se aproximar dos usos modelares de seu tempo. Rolf Kemmler, ao analisar os sistemas ortográficos oitocentistas, reconhece a relevância da ortografia usual:

Até finais do século XIX, o sistema ortográfico predominante, tanto em Portugal como no Brasil, era a ortografia usual, uma norma reconciliadora entre as tendências etimologizante e fonética, incluindo ainda fortes traços pseudoetimológicos. (KEMMLER, 2009, p. 53)

Nessa análise de Kemmler, nota-se não só a presença de elementos etimológicos e da pronúncia, mas também pseudoetimológicos, ou seja, na tentativa de se filiar a uma tradição de escrita, era comum o redator criar formas latinizadas sem fundamento etimológico. A consistente aplicação do princípio etimológico dependia do grau de contato dos redatores com textos modelares de sua época.

Os gramáticos oitocentistas estudados concordam sobre a aplicação desse terceiro princípio, apesar de possuir as mesmas limitações dos princípios a que recorre.

Nesta seção, procurou-se recuperar os testemunhos do período estudado sobre o saber ortográfico. Esses testemunhos concordam sobre a coexistência de princípios e a dificuldade para se estabelecer unidade gráfica. Constituem um discurso menos inflamado do que as propostas de reforma. Para isso, recorrem a descrição dos usos de seu tempo.

5. *Análise da norma gráfica subjetiva*

As gramáticas estudadas, em sua maioria, procuram atualizar os estudos da língua inserindo na metodologia uma perspectiva científica, advinda do método histórico-comparativo. A bipartição do estudo das gramáticas (geral e particular) é consenso em todos os gramáticos. A diferença, portanto, entre a gramática científica e filosófica, em termos gráficos, anota-se no caráter especulativo desta última, o que relega à ortografia uma posição marginal (final da gramática) e autônoma (sem relação com as outras partes da gramática). Mesmo nas gramáticas científicas, o assunto embora integrado à fonologia ou à morfologia não é central na gramática. É tratado como propedeútico.

A comparação do conteúdo gráfico-normativo em edições diferentes da mesma gramática revela um ponto de contato entre os gramáticos: o que pode ser ensinado em termos gráficos. Observamos, pelo menos, dois polos: a descrição e o ensino. Os autores que não conseguem encontrar uma sistematização coerente para o ensino de ortografia ou abandonam a prescrição, ou simplesmente abordam o essencial para um iniciante. Nos autores em que a descrição tem relevância mais significativa que

propriamente o ensino, há alterações de ordem editorial que demonstram a distância entre o que foi prescrito e o que está sendo praticado pelos editores. Podemos observar isso nas alterações do conteúdo gráfico-normativo em Julio Ribeiro, por exemplo, com um caso de flutuação de caractere. Na primeira edição da gramática, o vocábulo <subtilizar> é grafado com <z>. Na última edição com autor em vida, o vocábulo passa a ser grafado com <s> (<subtilisar>). Essa correção deixa o vocábulo de acordo com a etimologia da palavra (do latim, *subtilis*). Já na edição póstuma de 1909, os editores retornam à grafia com <z>.

A exposição do elenco consonantal etimológico reproduz a mesma tendência encontrada no cotejo entre as edições. Assim, autores que aplicam o método histórico-comparativo, tendo o objetivo maior de descrever a língua, adotam uma exposição alfabética ou articulatória. Os autores, cuja principal preocupação é o ensino coerente, adotam a exposição de casos especiais e indispensáveis aos iniciantes. A “Orthographia deve ser adquirida pela pratica de ler e escrever” (RIBEIRO, 1894, p. 11). Nesse processo, o professor exerce a função de conduzir o estudo, selecionando textos considerados modelares.

Em relação à prescrição dos grafemas etimológicos consonantais, todos os autores estudados utilizam a regra propriamente dita. É chamada de “regra propriamente dita” a prescrição que sistematiza o uso de determinado grafema em função de segmentos formadores. Em Julio Ribeiro, por exemplo, observa-se esse tipo de regra, quando o autor afirma que se dobra o caractere <t> toda vez que o vocábulo derivado de compostos latinos iniciar por <t> e for precedido do prefixo latino <ad>, alterado em português para <at>. Lima (2014, p. 187) distingue três tipos de regras gráficas: regra propriamente dita (conforme explicado acima), lista de palavras (quando a regra é unicamente a listagem de palavras com determinado grafema etimológico) e misto de regras (quando há regra propriamente dita e lista de palavras que vão além da sistematização da regra propriamente dita). No entanto, os gramáticos que só adotam esse tipo de regra apresentam um elenco limitado. Já os gramáticos com um elenco diversificado utilizam outros tipos de regras para apresentar todos os grafemas. Portanto, todos procuram sistematizar os usos gráficos, porém esbarram nas inconsistências de suas próprias regras.

O principal resultado dessa análise é a escala de consenso. Essa escala distingue grafemas etimológicos, desde os casos prescritos por todos os gramáticos até os casos que são apresentados por um gramático.

A existência dessa escala é uma evidência de que os grafemas não possuem a mesma inserção na norma gráfica subjetiva:

Gramáticos	Lista	Regra	Misto
Consenso total	ll, ch [k], ph	ll, ch [k], ph	ll
4 Consensos	cc [s], mm, tt, cc [k], bb, ct, th, h, k,	cc [s], mm, tt, cc [k], bb, ct, th, h, k,	mm, tt, cc [k],
3 Consensos	cç, pt, ps, mn, gm, gn, rh,	cç, pp, nn, pt, ps, mn, gm, gn, rh,	pp
2 Consensos	cqu, bd, cd, dd, dh, gd, gh, sc, x [s], bt, phth, sch, gg,	dd, x [s], ff, gg,	
Dissenso total	bh, kh, kkh, sh, zz, rh	pn, w, pç	

Faixas de consenso entre os gramáticos, relacionadas aos tipos de regra.

Os grafemas descritos em todos os gramáticos sugerem que utilizar uma grafia com base etimológica é usar *geminadas*, *compostos* por <h>⁴. Se estendermos aos casos quase unânimes, incluiremos também os *compostos mudos*. Contudo, o fato de alguns grafemas receberem atenção de todos os gramáticos não significa que a descrição é a mesma. A tabela acima demonstra que um mesmo grafema pode ser apresentado de formas diferentes (lista, regra propriamente dita ou misto de regras).

Há grafemas descritos por apenas um gramático. Podem ser interpretados como decisões particulares de cada gramático. Ao mesmo tempo, acenam para o refinamento da descrição. Se essa descrição procura reproduzir os usos gráficos da época, essas mesmas descrições apontam para aquilo que é esperado de redatores com alto grau de contato com a cultura escrita de seu tempo. Para pesquisadores interessados em reconhecer parâmetros de erudição gráfica, essa constatação parece ser substancial para se estabelecer uma distinção em termos de contínuo de aprendizado.

Levando em consideração a normatização gráfica observada nesses gramáticos, somos inclinados a pensar que os redatores de perfis variados (eruditos, semieruditos, medianos etc.) dos oitocentos tinham como modelo nas gramáticas o sistema gráfico misto, tendo como base a

⁴ Geminadas (como <ll>, de <allegar>) e compostos por <h> (como th, de <methodo>), assim como compostos mudos (como <gm>, de <augmentar>), grafemas simples (como <h>, de <sahir>) e grafemas mistos (como <phth>, de <diphthongo>) são tipos de grafemas etimológicos que fizeram parte da prescrição e da prática gráficas oitocentistas. Adotamos essa tipologia a fim de identificar características comuns entre grafemas de constituição semelhante.

etimologização gráfica. As aproximações e as divergências gráficas entre os gramáticos nos sugerem que a diferença entre os redatores será a abrangência e refinamento do repertório etimológico e a consistência dos usos. Todos os tipos de grafemas etimológicos aparecem em quase todos os gramáticos. Portanto, não é o tipo de grafema que determina a aplicação por todos os tipos de redatores ou restrição a um grupo seletivo, mas o próprio grafema, tendo em vista sua frequência e recorrência.

6. Considerações finais

O estudo das normas gráficas oitocentistas permite-nos entender não só como se estabeleceu o código gráfico uniforme da língua portuguesa, como também compreender o papel das gramáticas como sistematizadoras desses usos.

O assunto ortografia nas gramáticas brasileiras ocupava posição marginal. Havia a consciência da existência de pelo menos 3 sistemas ortográficos e todos eles expostos a limitações. Observou-se que as regras propriamente ditas não foram suficientes para sistematizar a prática gráfica. Muitos casos foram reunidos em listas de palavras, ou sequer foram mencionados pelas gramáticas. Através da escala de consenso, nota-se que há faixas diferenciadas de prescrição. De acordo com o consenso total entre gramáticos, a base do sistema etimológico é utilizar geminadas e compostos por <h>. O modelo misto (ou usual) era o sistema oferecido pela gramática brasileira que melhor expressava vínculo com a tradição gráfica e com a atualização com a língua vernácula. A falta de abrangência das regras gráficas delegou o conteúdo gráfico aos cuidados dos professores.

Por esses indícios, sugere-se que cabia ao professor apresentar os modelos de escrita, geralmente tomados de escritores contemporâneos consagrados. Esses modelos objetivos expressam uma prática corrente, não limitada ao espaço escolar e que colaborava para a inserção em tradições de escrita. O leitor precisava conhecer os textos modelares e levar para sua prática essa experiência grafo-visual. Os gramáticos faziam parte desse grupo de leitores que, na tentativa de sistematizar os usos, testemunharam a diversidade gráfica. O diferencial dos gramáticos desse estudo foi não ter militado em prol do princípio fonético ou do etimológico, mas sim reconhecer a dinamicidade daquilo que efetivamente foi praticado em seu tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992.

BARBÓZA LEÃO, Jozé. *Colêção de estudos e documentos a favor da refôrma da ortografia em sentido sónico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.

BARROS, João de. *Gramática da Língua Portuguesa, seguida de Diálogo em louvor da nossa linguagem*. Lisboa: Luís Rodrigues, 1540.

BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro. *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Estudos sobre a linguagem no Brasil: gramáticas coloniais, diversidade linguística e processos histórico-sociais. *Todas as LetrasQ*, v. 13, n. 1, p. 112-27, 2011.

_____. *Introdução à historiografia da linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.

CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês; LEIRIA, Isabel (Org.). *A demanda da ortografia portuguesa: comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu*. Lisboa: João Sá da Costa, 1987.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: EdUFF, 2000.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. *Revista Alfa*, n. 45, p. 49-69, São Paulo, 2001.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia. *As concepções linguísticas no Século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

GOMES, Alfredo. *Grammatica Portugueza*. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria de J. G. de Azevedo, editor. 1897.

GONÇALVES, Maria Filomena. *As idéias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734–1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KEMMLER, Rolf. Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911. *Lusorama: Revista de Estudos sobre os Países de Língua Portuguesa*. n. 47-8, p. 130-319, Portugal: Instituto Camões, out. 2001.

_____. Para a história da ortografia simplificada. In: SILVA, Maurício (Org.). *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 53-94

KOERNER, David Ernst Frideryk Konrad. *Practicing linguistic historiography: select essays*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1989.

LIMA, Alexandre Xavier. *Descrição da ortografia portuguesa: a inserção do princípio etimológico na prescrição e na prática gráficas oitocentistas*. 2014. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARQUILHAS, Rita. *Norma Gráfica Setecentista: Do Autógrafo ao Impresso*. Lisboa: INIC, 1991.

MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da linguaportugueza*. 2. ed. Lisboa: Typ. Lacérdina, 1813.

MATEUS, Maria Helena Mira. *Sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa*. Lisboa: FLUL, 2006.

SILVA, Maurício. Gramática e historiografia linguística: reflexões acerca de alguns princípios metodológicos. *Revista do GEL*, [S. l.], v. 3, 2006, p. 59-66. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/325>. Acesso em: 24 set. 2021.

SILVA JUNIOR, Manoel Pacheco; ANDRADE, Lameira de. *Grammatica da Língua Portuguesa*. Rio Janeiro; São Paulo: Livraria Classica de Alves & C. 1894.

SWIGGERS, Pierre. *Histoire de la Pensée Linguistique*. Analyse du Langage et Réflexion Linguistique dans la Culture Occidentale, de l'Antiquité au XIX^e Siècle. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

SOTERO DOS REIS, Francisco. *Grammatica portugueza*. Maranhão: Typ. de R. d'Almeida & C., 1871.

RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Classica Alves & comp, 1888.

_____. *Grammatica Portugueza*: curso primario. 9. ed. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves e C, 1894.

_____. *Grammatica Portugueza*. 14. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves e C., 1898.

RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Teixeira & irmãos editores, 1881.

VIANA, Aniceto R. Gonçalvez. *Ortografia Nacional*: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas. Lisboa: Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso, 1904.